

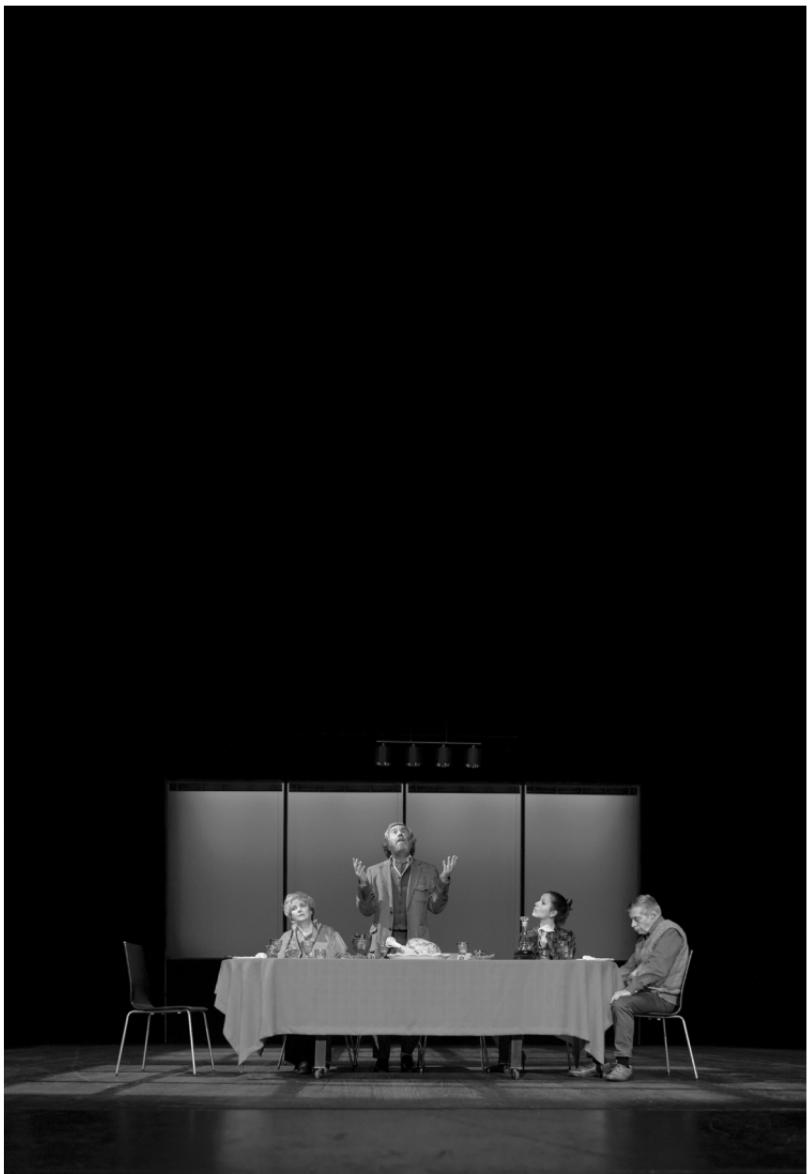
A tradução aqui publicada foi estreada no Teatro Carlos Alberto,
no dia 22 de novembro de 2024.

Na República da Felicidade
de Marin Crimp
tradução Isabel Lopes

encenação e cenografia **Fernando Mora Ramos**
desenho de luz **Hâmbar de Sousa**
composição musical **Carlos Alberto Augusto**

interpretação
Fábio Costa
Isabel Lopes
Mariana Reis
Marta Taveira
Nuno Machado
José Carlos Faria
Diana Palmerston
Yolanda Baptista

coprodução **Teatro da Rainha, Centro Cultural e de Congressos**
das Caldas da Rainha, Teatro Nacional São João



E a vida, para onde foi?

FERNANDO MORA RAMOS

Esta *República* de Martin Crimp determina-se, em última instância, pela estrutura: o modo tríptico visa, na sua complexidade, uma abrangência referencial, uma forma de ler que possa emergir de uma associação inteligente entre as três partes – no teatro, falamos de pensamento em acção, ao referirmos a “química intelectual” que surge da tensão relacional entre a cena e a sala.

Na República da Felicidade é uma peça feita de três estruturas dramáticas articuláveis, uma peça quase convencional no início, quebrada a certa altura por um monólogo absurdo de tão longo (é Crimp quem o diz), um bloco central construído segundo a ideia da “palavra dirigida ao espectador”, elaborado por deixas a proferir em cadência torrencial (baseado na peça de Peter Handke, *Insulto ao Público*), e uma terceira parte que explora a manipulação absoluta, feita da infantilização do outro, de paternalismo/maternalismo e tortura, como modo de uma relação a dois – parelha, parecendo casal – num espaço fechado.

Comecemos pelo fim. A terceira parte – poderíamos lê-la também autonomamente – tem o título da peça. Esta parte converge para um final em que se canta a anunciada “canção feliz”, para que os cidadãos (os espectadores) possam fazer um *download* e aceder por via electrónica, clicando, ao limiar da Felicidade que existe na República.

Esse propósito é enunciado pela parelha Maddy/Bob na primeira parte – ou peça –, intitulada *Destruição da Família*: vão para

longe dali, daquela família imprestável, para um estádio de existência a que Maddy chama “painel de vidro fino”, que, sendo tocado – conspurcado – por qualquer dos presentes naquele jantar de Natal, os cortará até ao “osso”. Esse painel de vidro seria o Paraíso, onde a Felicidade habita, como sabemos.

É o caminhar para essa “transparência” – ou melhor, literabilidade, fim de qualquer ambivalência, ambiguidade, polissêmia –, aquilo que estabelece um fio condutor entre as três partes. A família destruída é também, entenda-se, um processo de degenerescência interior, estando todos em contradição insanável entre si: a avó fala de uma melhor seleção racial e despreza os outros, o avô tem medo de ir para um lar e fala da sua ereção ainda útil, o pai, sempre meio ausente, berra com a filha adolescente grávida, a mãe não tem mão nas filhas nem no ritual familiar, e as adolescentes guerreiam-se pelas prendas, instalando uma “guerra civil”. Quando Bob entra pelo Natal da irmã dentro – ele é o tio Bob – e diz que Maddy os odeia, que tem de lhes passar essa mensagem, a destruição da família só espera o empurrão final: estão à beira do abismo.

A segunda parte, diz Martin Crimp numa entrevista, faz-se de variações sobre “detritos mentais”, aquilo que se ouve por aí nas tais “narrativas” que as redes sociais e os diversos aparelhos ideológicos e mediáticos vomitam, fazendo-nos a cabeça. É um levantamento minucioso de ideias feitas e falas de senso vulgar, captadas na sua expressão convicta, ideológica, no ar dos tempos.

Esta segunda parte, chamada *As Cinco Liberdades Essenciais do Indivíduo* – podia ser o título de um ensaio –, subdivide-se em cinco outras: 1) A Liberdade de Escrever o Guião da Minha Própria Vida; 2) A Liberdade de Abrir as Minhas Pernas (Não Tem Nada a Ver com Política); 3) A Liberdade de Passar por um

Trauma Horroroso; 4) A Liberdade de Deitar Tudo para Trás das Costas e de Seguir em Frente; 5) A Liberdade de ter Bom Ar & de Viver para Sempre.

Concentremo-nos no essencial: se a família foi destruída na primeira parte, aqui é a sociedade que se extingue – uma raridade – sob o império do individual. Estas liberdades afirmam o direito absoluto de cada um à sua bolha, ao seu desejo, à sua segurança, à sua vida eterna, à paixão por si mesmo que a publicidade inocula em fluxo permanente. É uma sociedade vacinada contra os princípios comunitários que aqui surge. Mas o que mais surpreende “neste ensaio e nos seus capítulos” é que a afirmação da ultra-individualidade coincide com o desaparecimento da singularidade. Quando todos dizem e repetem o mesmo, vinga o mesmo, a cópia e não a diferença.

Crimp faz um levantamento – falamos dos valores de mercado, da sociedade do espectáculo, do império do eu narcísico, dos média – desta lógica a que muitos chamam capitalismo cultural e outros “financismo”, e que impregnou a vida, e a que Riccardo Petrella chamou “a comercialização de todas as esferas do espírito”. Coladas de modo arbitrário ao que se segue, as frases, ditas seja por quem for – não são distribuídas –, soam bem: eu sou único, eu sou única, sou eu quem faz o guião da minha própria vida, eu penso o que penso, eu visto-me como me visto, se quiser ponho um chapelinho, que se foda, eu abro as pernas, gosto de abrir as pernas, eu amo o Estado, eu tenho direito ao meu trauma, olho-me ao espelho e gosto do que vejo, estou a comer a minha boa amiga, estou a mordiscar uma lasca de caranguejo fresco, etc.

Creio que nesta crítica radical ao capitalismo pós-Thatcher, que desregula uma sociedade que ainda considerava essenciais o

Serviço Nacional de Saúde, os Transportes Públicos, a Escola e a Habitação para todos, Martin Crimp explora a figura da tautologia. Quer dizer, o modo como do lado da opinião vulgarizada as ideias da concorrência desenfreada e da especulação, da destruição dos princípios do bem comum, se afirmaram pela redundância, pela simples insistência e pela repetição do mesmo raciocínio desprovido de ideia ou ideias. O que acontece é uma regressão intelectual, uma espécie de estuporificação generalizada, que rende e vence – como vimos nos EUA – pela força do próprio assédio, pela pura imposição e lei da selva, manipulando a massa. Roland Barthes dizia que a tautologia era o raciocínio típico do pequeno-burguês – a tal classe média, noção hoje mais elástica para meter remediados, miseráveis e quase-ricos no mesmo pote –, um raciocínio que tranquiliza. De facto, dizer “eu penso o que penso” com carga expressiva, acalma, traz convicção para dar e vender.

Assim, para finalizar, se na cena inicial nos apercebemos da “guerra civil” instalada, da falência do modelo familiar como pilar social, na segunda parte, o indivíduo é a base de tudo. Também aqui o todo social vai para o esgoto.

E o que será então a terceira parte?

Nesta última peça, podemos verificar que a parelha – o casal – é uma *start-up*, tem um negócio de *downloads* de uma “canção feliz”, que faz pensar numa seita-empresa. Um produto único que vende a Felicidade. O mais curioso é que esse produto exige a performance de Bob ao microfone, ele é o seu corpo e voz. Mas Bob, um abusador, está em perda, a demência também o visita. E Maddy usa-o, instrumentaliza-o, ela própria uma figuração alegórica do capitalismo predador. Quando a “canção feliz” é finalmente cantada diante dos cidadãos espectadores – clientes

potenciais –, ela é apenas a ruína de uma burla, soletrada numa toada demente.

Onde está o mundo, para onde foi?, pergunta Bob.

E a vida?, perguntamos nós.

Texto escrito com a grafia anterior ao novo acordo ortográfico.